



CARTÕES-POSTAIS DO PAULISTA-PE: UMA PROPOSTA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

***Ricardo Andrade da Costa Silva**

RESUMO

A cidade de Paulista-PE, atravessa um enorme dilema, entre a proteção de seus bens culturais, e a profunda transformação de seu centro, através da expansão da rede de comércio e serviços. A C.T.P (Companhia de Tecidos Paulista), dona da maior parte do território da cidade, promove a especulação imobiliária, enquanto o Movimento Pró-museu defende a preservação do patrimônio que ainda resta.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio, cultura, identidade, memória.

DE VOLTA AO PASSADO

A história da cidade do Paulista teve início com a doação das terras de Paratibe (que compreendia toda a área de Maranguape e de Messiape) pelo Donatário Duarte Coelho ao seu cunhado Jerônimo de Albuquerque, como recompensa pelos préstimos à colônia (Filho, 1978). Em 1550, Jerônimo de Albuquerque doou essas terras ao português Gonçalo Mendes Leitão, que iniciou sua povoação, criando em 1559, o Engenho Paratibe e uma capelinha dedicada a Santo Antônio, que foi abençoada pelo Bispo do Brasil, D. Pedro Leitão.

Com a partilha das terras, o engenho foi desmembrado em Paratibe de cima e Paratibe de baixo, sendo vendido a vários proprietários, após a morte de Gonçalo Mendes Leitão. O Engenho de Paratibe de baixo e toda a área de Maranguape pertenceram a João Fernandes Vieira, que após o falecimento de sua esposa, D. Maria Cezar, passou as terras em 1689 ao testamenteiro, seu cunhado, o Coronel Berenguer de Almeida. O Coronel Berenguer vendeu o engenho ao mestre de campo, Manuel Alves de Moraes Navarro, natural da Capitania de São Paulo, de onde veio comandando um grupo de Bandeirantes para a chamada “Campanha dos Palmares”, com a missão de

acabar com o famoso quilombo. Por conta disso, as terras ficaram conhecidas como o “Engenho do Paulista”, dando origem ao nome da cidade.

*Professor do Curso de Comunicação Social da Faculdade Joaquim Nabuco – Paulista / PE
E-mail: ricoandrade78@hotmail.com

lado da capela do Engenho Paulista. Não satisfeito com a morte do Padre, Rodrigo Lobo, comandante da esquadra vinda da Bahia para destruir o movimento, desenterraram-no, mutilaram seu corpo, separando a cabeça do tronco e desfilaram com os restos mortais pelas ruas do Recife, exibindo-o no Pelourinho. O crânio do Padre João Ribeiro ficou exposto até o ano de 2001, no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, que o devolveu, junto com a Arquidiocese de Olinda e Recife para ser novamente sepultado, dentro de um túmulo especialmente construído e depositado na Igreja de Santa Isabel, no centro do Paulista, em outubro do mesmo ano (Alcântara, 2002).

Em 1904, o sueco naturalizado brasileiro, Herman Theodor Lundgren comprou a “Fábrica de Tecidos Paulista”, que foi de propriedade dos “Padilha e Cia Ltda” e em seguida, dos “Rodrigues Lima”. Falecido em 1907, Hermam Lundgren deixou a fábrica para seus filhos; Alberto, Frederico e Arthur que a transformaram num dos maiores grupos têxteis das Américas. Em 1909, foi criada a primeira “Lojas Paulista”, transformada na década de trinta, em “Lojas Pernambucanas”, a maior rede varejista do setor no país. Sempre ligada a Olinda, a cidade do Paulista tornou-se distrito em 1907, pela Lei n. 219.

A presença econômica dos Lundgren expandiu-se também pela forte presença política, já que em 1913 e em 1919 respectivamente, os irmãos Arthur e depois Alberto, foram eleitos Prefeitos de Olinda. Paulista foi emancipada em 04 de setembro de 1935, pela Lei estadual n. 11 e tem como Padroeira desde 1656, Nossa Senhora dos Prazeres.

Após a emancipação (ocorrida em 1935), 35 anos da cidade do Paulista foram marcados pela hegemonia dos Lundgren, sua expansão econômica e as lutas do movimento sindical operário. Todavia, nos últimos 35 anos (de 1970 a 2005) experimentou uma 2ª e rápida onda de industrialização, combinada com o declínio da atividade fabril têxtil e o adensamento urbano, provocado pela construção dos conjuntos habitacionais. A primeira metade ficou conhecida pela memória da população, como o “tempo dos coronéis” (Lundgrens), uma época de “pleno emprego”, casa e oportunidades para todos os que foram recrutados e trazidos do interior de Pernambuco

e de outros estados para trabalhar nas fábricas da CTP, enquanto a segunda fase está caracterizada como o período do declínio, da crise, do fechamento das fábricas e do “desemprego em massa”.

CONTINUIDADE E/ OU RUPTURA

A divisão social do trabalho em Paulista, montada a partir do processo de recrutamento de camponeses do interior de Pernambuco e de estados vizinhos do Nordeste nas décadas de 30 e 40 do século XX (Alvim, 1997), é a expressão mais lógica do quadro das relações de classe e poder no processo de formatação da identidade local. O mundo do trabalho no decorrer dos anos forjou um conjunto de contradições, representações e signos, fruto de tipos característicos de um determinado comando patronal, de uma práxis trabalhista e sindical, de uma formação familiar camponesa-operária e de manifestações sócio-culturais específicas.

Embora não devamos esquecer o passado mais remoto, o espaço cronológico desse trabalho, data dos últimos trinta e cinco anos do Paulista dentre seus setenta anos de emancipação e mais de cem anos de vida fabril. Um importante movimento social de ruptura da ordem vigente foi a grande greve operária de 1963. O Comendador Arthur Lundgren, foi impedido pelos operários que faziam piquete, de entrar na fábrica Aurora, para tomar seu tradicional banho matinal. Após o ocorrido, Arthur Lundgren mudou-se para o Recife e retornou poucas vezes para Paulista, até o ano de sua morte, em 1967. Este fato marcou o final de um modelo de dominação específica, ao estilo de um coronelismo urbano, com o início de uma administração mais gerencialista.

Outro fato expressivo que começou a ocorrer na década de 60: são os acordos entre a Companhia de Tecidos Paulista - CTP e os operários que estavam prestes a se aposentar. Estes, passaram a ganhar a posse de suas casas como indenização (Alvim, 1985).

Entre a de 70 e o início dos anos 80, também ocorreram mudanças significativas na História da cidade. O parque industrial de Paratibe, criado em 1968, um ano após a morte do Comendador Arthur Lundgren, começou a receber novos investimentos,

enquanto a CTP, que embora tenha trocado parte de seu maquinário, viveu um processo de desmonte de suas fábricas, já sucateadas (Fábricas Arthur e Aurora) e que terminaram por encerrar suas atividades no início dos anos 90. Essa época foi caracterizada pelo final do período do “pleno emprego”, com a constante diminuição dos postos de trabalho, mesmo diante do novo distrito industrial. O grupo Lundgren, também era dono de uma das maiores redes de loja varejista do país – mais de 800 lojas em todo o Brasil, por onde escoavam suas mercadorias e tecidos: As Lojas Paulista e depois Casas Pernambucanas (logo após a Revolução constitucionalista de São Paulo em 1932), rede que faliu, sendo comprado por outro grupo.

Após a formação da RMR no começo dos anos 70, surge a comunidade do Mutirão (atual Engenho Maranguape) e as vilas da antiga Companhia de Habitação de Pernambuco (COHAB) entre 1974 a 1982 (Jardim Paulista Alto e Baixo, Arthur Lundgren I e II, Maranguape I e II), gerando um grande adensamento populacional e uma falta de infra-estrutura adequada, já que apenas foram erguidas as unidades habitacionais. Com os Lundgren já afastados da vida da cidade e não tendo mais o poder que tinham no “tempo dos coronéis”, Paulista assistiu desde a época dos interventores do regime militar às experiências vivenciadas pelas disputas eleitorais (o famoso revezamento entre as famílias “Cunha” e “Pinho”), com uma série de administradores de cunho populista e provincial.

A sua intensa tradição cultural, marcada por diversas manifestações artístico-culturais, como suas festas sacras e profanas, perderam espaço e expressão ao longo do tempo. Mesmo o futebol, que já teve uma grande organização, com campeonatos que eram verdadeiros fatores de integração e sociabilidade, sobretudo na década de 80, através do Paulistano Futebol Clube que disputou o campeonato pernambucano, exauriu-se, sobrevivendo apenas através de alguns dos apaixonados atletas e incentivadores.

As organizações sociais como os sindicatos, as antigas Liga Operária e Ação Católica Operária, Centros Cívicos e Grêmios Estudantis, além das Associações de bairro, ganharam um certo impulso, durante o processo de redemocratização e no pós-constituição de 88, mas não encantam mais suas bases e o próprio conjunto da sociedade civil. Em “ascensão” encontram-se as ONG’s e os Conselhos setoriais de

políticas públicas, em sua grande maioria, com pouca funcionalidade e com baixo capital social. Atualmente, as intervenções urbanas e arquitetônicas propiciadas pelas obras de triplicação da rodovia PE-15 e da duplicação da PE-22 mudaram de forma drástica a face da cidade, causando forte impacto no trânsito e no transporte, na mobilidade e acessibilidade do público em geral, intensificando ainda mais a transformação paisagística do traçado mais original do Paulista de outrora.

No passado, a identidade do Paulista tinha no trabalho, sua centralidade, mas na medida em que a cidade vai perdendo sua característica operária e fabril, com a diminuição dos postos de trabalho e o fechamento das fábricas da CTP (ainda que com o surgimento de outras fábricas, sediadas no novo parque industrial), essa identidade baseada no trabalho vai se fragmentando (Hall, 2003). A diferença entre as velhas vilas operárias e a vida simples e pacata do passado e o advento das novas conquistas da pós-modernidade, foram paulatinamente forjando as modificações no conjunto das relações socioculturais. Mesmo as gerações mais recentes, já apresentavam sinais de continuidade e ruptura com os padrões culturais do passado. Esse processo ocorre como que uma espécie de falta de pertencimento, ou como um descentramento da identidade (Hall, 2003), ocasionado mais intensamente a partir da construção dos conjuntos habitacionais. O que antes eram apenas as vilas operárias e as modestas casas e cortiços dos bairros de Paratibe, Mirueira, Vila Torres Galvão, Abreu e Lima (emancipada em 1982) e as praias, ganhou agora, a companhia de grandes conjuntos habitacionais, que trouxeram para Paulista, moradores do Recife, da RMR e do interior do Estado, numa nova escalada migratória.

Essa nova população, com pouco contato com a memória da cidade, sem referência familiar ou cultural, vive uma espécie de estranhamento com a realidade local, presente desde o período de adaptação aos dias atuais. Apenas as narrativas dos que nasceram em Paulista, somente a memória coletiva, repassada de geração a geração, foi capaz de fazer chegar à parte desses novos habitantes, os resíduos desses referenciais históricos e culturais, apesar de uma diminuição natural dos quadros sociais da memória entre os mais velhos (Leite Lopes, 1985). Esse quadro não é exclusividade de Paulista, já que grande parte da população brasileira, não conhece a história de suas cidades, mesmo que ela possua um considerável patrimônio material e cultural. Mas mesmo com uma forte contribuição da História oral nesse processo, parte dessa memória permaneceu subterrânea por vários anos, até que a cidade deixasse não apenas de ser

dominada pelos Lundgren, mas que seus vestígios de influência mais hegemônica desaparecessem de fato, possibilitando aos remanescentes daquele período, que contassem suas lembranças acerca de um longo curso de opressão para alguns e de nostalgia para outros.

Num encontro realizado no ano de 2006, em comemoração pelos 50 anos de fundação do Sindicato dos Tecelões do Paulista, testemunhamos os dois lados de uma mesma história. Enquanto antigos sindicalistas e membros da Ação Católica Operária (ACO) como o Sr. João Francisco (“In memorian”; militante de esquerda, preso pelo regime militar na década de 70) descrevia em seus depoimentos, o sistema de dominação dos Lundgren, outros ex-operários destacavam as qualidades e virtudes de seus antigos patrões. São memórias em disputa numa cidade forjada na luta de classes, tradicionalmente católica, que mesmo tendo experimentado um combativo movimento sindical (com a participação do trabalhismo e dos comunistas). possui uma parcela significativa de sua população, com posições e posturas essencialmente conservadoras.

Mesmo diante da imensa participação feminina no ambiente das fábricas, para efeito de complementação da renda familiar, a reprodução social sempre foi baseada nos moldes do modelo patriarcal, espelhado na própria divisão do trabalho. A intromissão dos Lundgren no ambiente da vida privada das famílias paulistenses (Leite Lopes, 1985), estabelecia determinadas relações que lembravam em muito os resquícios dos regimes de servidão da velha Europa.

TOMBAMENTO

Desde 2002, por solicitação do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, tramita no Conselho Estadual de Pernambuco, uma proposta de tombamento da Casa Grande e do Jardim do Coronel, de propriedade da família Lundgren. A FUNDARPE (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco) encaminhou ao referido Conselho, uma recomendação pelo tombamento desses bens culturais, mesmo com a possibilidade de utilização de 50% da área virgem. Em junho de 2006, o Movimento Pró-museu, uma articulação em defesa do patrimônio histórico-cultural do Paulista, formado por historiadores, estudantes de Direito e agentes

culturais, realizou um abraço em derredor do Jardim do Coronel e da Casa Grande, que contou com a participação de centenas de pessoas, o que motivou o executivo para encaminhar à Câmara, uma proposta, que logo após virou a Lei nº 3.921/2006, criando os IEP's (Imóveis Especiais de Preservação), dentre os quais, encontram-se os bens em questão, no total de vinte equipamentos, protegidos e resguardados. A C.T.P (Companhia de Tecidos Paulista), na tentativa de fracionar o processo de tombamento, articulou-se com as “Lojas Americanas”, para vender-lhe parte do Jardim do Coronel, derrubando parte das árvores e deslocando o coreto e o busto (estátua) do coronel Frederico Lundgren, para a construção da loja. Por trás desta iniciativa, surge o conhecido discurso da “geração de emprego e renda”, do “desenvolvimento” da cidade.

O chamado, “tempo dos Coronéis” (Alvim, 1997) ainda permanece na memória social dos mais antigos, como resquício desse processo de dominação, e é simbolicamente expressado, em termos de patrimônio material, através da “Casa-grande” e o “Jardim do Coronel”. A Casa-grande é constituída de duas edificações germinadas. A primeira casa, térrea, foi construída nas primeiras décadas do século XX, com área de 377m², cercada por alpendres com sustentação de colunas metálicas e calhas para condução de águas pluvial. Possui cobertura de telhas, do tipo canal, arrematada por empenas laterais triangulares com pequenas aberturas. A segunda casa foi construída no início da década de 30, com quatro pavimentos repetidos, numa área de 1.164m². Sua estrutura é composta de pilares, vigas e lajes em concreto armado, fachadas com tijolos cerâmicos aparentes e a cobertura, em quatro águas com telhas tipo francesas, com nítida influência da arquitetura européia. O jardim do Coronel situa-se ao lado da Casa-grande (os dois possuem uma área total de 23.584m²), onde já funcionou um Jardim Zoológico nas décadas de 40/50. O Jardim é o espaço mais arborizado do centro da cidade, com várias árvores (oitizeiros, jaqueiras, castanholas, mangueiras, palmeiras), além do coreto, o busto com a estátua do Coronel Frederico e todo o muro, com gradil em ferro fundido. A Casa-grande e o Jardim do Coronel são “lugares de memória” do povo paulistense. Anos atrás, a antiga Locomotiva (a “Catita”), que escoava a produção de tecidos, foi vendida, para colecionadores ou para um ferro-velho. Mais recentemente, retiraram o antigo portão em ferro fundido da Fábrica Aurora, o qual, não se sabe o destino; derrubaram a antiga casa das máquinas da Fábrica Arthur para a construção de uma Faculdade, ou seja, não há nenhum compromisso da C.T.P em preservar o patrimônio, a memória e a identidade do Paulista. O Movimento Pró-museu defende a proposta de transformação da Casa

Grande em um Memorial da Indústria Têxtil da América Latina, num centro cultural, capaz de expor a história da cidade do Paulista, não apenas dos Lundgren e sua imensa contribuição, mas das famílias operárias e sua trajetória de trabalho, lutas e organização. O Jardim do Coronel, segundo o Pró-museu, pode ser reaberto para população, como um parque verde, garantindo acessibilidade e a preservação do meio ambiente, naquela que é a única área arborizada do centro da cidade. Juntos, Casa Grande e o Jardim do Coronel formarão um complexo cultural e paisagístico, onde a tônica seja a valorização e a preservação do patrimônio material e natural.

CARTÕES POSTAIS

Diante de todas essas adversidades, e com o intuito de resgatar e um pouco de nossa memória subterrânea, o Movimento Pró-museu realizou um seminário sobre o centro da cidade em 2006 e formulou em 2007, um projeto intitulado “Cartões Postais do Paulista”, tentando sensibilizar, sobretudo as novas gerações, colocando na agenda cultural da cidade, o debate sobre a importância do patrimônio, os chamados “lugares de memória”. O projeto possui quatro etapas: patrimônio material do século XX, patrimônio material do período colonial, patrimônio imaterial e patrimônio natural. A primeira fase durou dois meses (setembro e outubro de 2007), e contou com a participação de estudantes, trabalhadores e moradores da cidade, que votaram através do site do Movimento Pró-museu (www.promuseu.org) e de forma presencial, nos cinco bens culturais mais simbólicos do período operário. A Igreja de Santa Isabel e a Casa Grande foram os dois equipamentos mais votados pela população, gerando um debate neste período, sobre a importância da preservação do patrimônio da cidade do Paulista. A segunda etapa do projeto ocorrerá nos meses de abril e maio, focando desta vez, o conjunto do patrimônio do período colonial, como por exemplo, o Forte de Pau Amarelo (tombado pelo Conselho Estadual de Cultura). A terceira fase da iniciativa, nos meses de agosto e setembro, abordará o vasto patrimônio imaterial, no qual podemos incluir a Ciranda de D.Duda, na praia do Janga, antigo centro irradiador de cultura nas décadas de 70 e 80. Nos meses de março e abril de 2009, os paulistenses irão escolher os bens naturais de maior relevância para a cidade, tal como o Pontal de Maria Farinha, por exemplo, na última etapa do projeto “Cartões Postais do Paulista”.

Vale salientar que todas essas etapas do projeto, são contempladas por atividades lúdicas e educacionais, tais como, debates, seminários e apresentações culturais, como a

do Bloco Lírico Menestréis do Paulista, uma agremiação que canta músicas alusivas ao período operário da cidade.

Uma outra motivação do projeto “Cartões Postais do Paulista”, é a de levar ao Ministério da Cultura, a proposta de tornar a cidade do Paulista, reconhecida como cidade com um centro histórico, com sua memória operária e sua singularidade. Além disso, Paulista encontra-se entre duas cidades históricas (Olinda e Igarassu), e possui um extenso patrimônio colonial, expressando uma territorialidade onde se respira história e cultura. O Padre João Ribeiro, um dos mártires da Revolução Pernambucana de 1817, morou e suicidou-se em Paulista e seus despojos encontram-se na Igreja de Santa Isabel. Vários ritmos e expressões, tais como, a ciranda, o coco, a marujada e o mamulengo, fazem de Paulista um celeiro de manifestações artístico-culturais.

Como ápice do projeto “Cartões Postais do Paulista”, o Movimento Pró-museu pretende inaugurar no primeiro quadrimestre do ano de 2009, o CPDOC Paulista (Centro de Preservação e Documentação da Memória e da Identidade do Paulista), um espaço aberto, destinado a exposições de arte, digitalização de material iconográfico, e pesquisas no campo da arquivologia, historiografia e história oral.

Através da valorização e o reconhecimento do patrimônio, o projeto “Cartões Postais do Paulista” rediscute as questões sobre memória e identidade, num trabalho de educação patrimonial, reafirmando o sentido de pertencimento das pessoas, além da necessidade de um debate acerca da ressignificação de muitos desses espaços ociosos, sobretudo no centro da cidade. Diante da crescente especulação imobiliária, além do fato de que a C.T.P ainda detém a maior parte das terras e propriedades da cidade do Paulista, o Movimento Pró-museu articula-se com diferentes agentes culturais, na perspectiva do estabelecimento de uma política pública voltada para a preservação do patrimônio material e imaterial, de forma sustentável, garantindo às futuras gerações um pouco de sua memória coletiva, e um permanente debate acerca de suas novas e velhas identidades. Evidentemente, esse conjunto de políticas públicas (patrimônio, turismo cultural, Plano Municipal e Lei de Incentivo à cultura), serão construídas em parceria com o poder local, orientado pelo Plano Diretor (Zonas Especiais de Interesse Histórico), convertidos em programas e ações, tais como, sinalização turística, educação patrimonial, cursos de restauro e conservação, guias mirins, calendário e agenda cultural. A regulamentação da Lei dos IEP’S, dará continuidade ao processo de consolidação de uma cultura de educação e preservação patrimonial, o qual desejamos, seja estabelecido através de mecanismos democráticos e participativos.

SINOPSE DAS PRINCIPAIS AÇÕES DO MOVIMENTO PRÓ-MUSEU

- Fundado em novembro de 2005, por um grupo de historiadores e estudantes de Direito.
- Convida e acompanha a visita da Embaixatriz da Suécia no Brasil, à Casa-grande e ao Jardim do Coronel, em dezembro de 2005.
- Participa de reuniões ordinárias do Conselho Estadual de Cultura em maio de 2006.
- Acompanha o Conselho Estadual de Cultura na visita à Casa-grande / Junho de 2006.
- Realiza e coordena o Ato cultural “Vamos abraçar o Jardim do Coronel”, em 12 de julho de 2006, na defesa do tombamento completo de todo o equipamento
- Articulação junto à Prefeitura e à Câmara de Vereadores, que resultou na aprovação da Lei de n. 3.921/2006, que define os Imóveis Especiais de Preservação
- Realização do Seminário “Paulista, seu centro, sua história, sua memória”/maio, 2007
- Organização do Projeto de digitalização de fotos antigas do Paulista /maio, 2007
- Articulação junto à equipe técnica da Secretaria de Planejamento do Paulista para elaboração de um decreto, visando à desapropriação da Casa-grande e o Jardim do Coronel, já em mãos do atual Prefeito para os devidos encaminhamentos /2006, 2007
- Reunião com a Presidência da FUNDARPE em 13 de abril de 2007

BIBLIOGRAFIA

- ALVIM, Rosilene. A Sedução da Cidade. Os Operários-camponeses e a Fábrica dos Lundgren. Rio de Janeiro, GRAPHIA EDITORIAL, 1997.
- LOPES, José Sérgio Leite. A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés. Brasília, Ed. Marco Zero e Ed. Universidade de Brasília, 1988.
- SILVA, Ricardo Andrade da Costa. Desenvolvimento Local Sustentável: uma abordagem histórica do centro do Paulista. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) na FUNDAJ (Fundação Joaquim Nabuco). Recife, 2006.
- ALCÂNTARA, Laurita Maria de. Paulista: algumas contribuições para sua história. Ed. Claranto, 2002.

- JORNAL DO COMMÉRCIO. Casarão da família Lundgren perto de se tornar memorial. Cidades, 12 de maio de 2006.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Casarão vai ser tombado. Vida Urbana, 12 de maio de 2006.
- VASCONCELOS, Cláudia. Jornal do Comércio, Cidades. Investir em Turismo é essencial para Paulista, 20 de novembro de 2006.
- VASCONCELOS, Cláudia. Jornal do Comércio, Cidades. Eleição escolhe Cartões-postais, 03 de setembro de 2007.
- JORNAL DO COMMÉRCIO. Igreja é o símbolo de Paulista, Cidades, 28 de outubro de 2007.
- HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-modernidade. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2003.